Revista Cacto
Ciência, Arte, Comunicação em Transdiciplinaridade Online
INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano

"Riacho das Pestes": ensino de história, mitos e memórias da fundação do município de Riacho das Almas-PE

"Riacho das Pestes": teaching history, myths and memories of the foundation of the municipality of Riacho das Almas-PE

Julyana Nascimento de Andrade[1]

Alecsandra Maria de Oliveira[2]

Maria Isabel do Nascimento Silva[3]

Mateus Breno Campos de Carvalho[4]

José Almir do Nascimento[5]

Resumo

Localizado na região do Semiárido brasileiro, o município de Riacho das Almas, Pernambuco, fez setenta anos de emancipação política em 2023, tendo como mito fundante uma epidemia que o acometeu no século entresséculos XIX e XX. Assim, o objetivo desse artigo é problematizar a verossimilhança do mito fundador presente nas narrativas orais e na historiografia do município. Utilizamos como fontes, entrevistas realizadas pela Biblioteca Pública Municipal com residentes idosos da cidade, material didático-pedagógico constituído por professores para a ensino de história local, dando foco às narrativas sobre a fundação da cidade. Tais dados nos levaram a compreender que do ponto de vista mitológico, as epidemias criaram uma narrativa simbólico-religiosa que asseguram uma unidade teleológica à narrativa linear da história local, e permite uma identificação heroico-salvífica não apenas vinculadas à São Sebastião, mas sobretudo justificadora do surgimento de uma elite local excludente.

[1] UFPE. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: julyana.nascimento@ufpe.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6980-5814

[2] UPE. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação. E-mail: alecsandra.moliveira@upe.br. Orcid: https://orcid.org/0009-0007-4954-207X

[3] UPE. Mestra em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, campus Mata Norte. E-mail: mariaisabel.nascimento@upe.br. Orcid: https://orcid.org/0009-0006-6137-8746

[4] UPE. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares, *Campus* Petrolina. E-mail: mateus.bccarvalho@upe.br. Orcid: https://orcid.org/0009-0005-9733-2937

[5] UPE. Professor Adjunto do Colegiado de Pedagogia, *Campus* Petrolina. Doutor em Educação. E-mail: almir.nascimento@upe.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4657-9815

Palavras-chave: Riacho das Almas; Mito Fundador; História Local; Ensino de História.

Abstract

Located in the Brazilian semi-arid region, the municipality of Riacho das Almas, Pernambuco, celebrated seventy years of political emancipation in 2023, having as its founding myth an epidemic that struck the area in the late 19th and early 20th centuries. Thus, the aim of this article is to question the plausibility of the founding myth present in oral narratives and the municipality's historiography. Our sources include interviews conducted by the Municipal Public Library with elderly city residents, as well as educational materials created by teachers for the teaching of local history, focusing on narratives about the city's foundation. These data led us to understand that, from a mythological point of view, the epidemics gave rise to a symbolic-religious narrative that provides a teleological unity to the linear account of local history and enables a heroic-salvific identification not only associated with Saint Sebastian, but above all justifying the emergence of an exclusionary local elite.

Keywords: Riacho das Almas; Founding Myth; Local History; History Teaching.

Introdução

Nossa felicidade está para sempre ameaçada
pois o bacilo da peste não morre, nem desaparece.
Albert Camus, A peste.

Este artigo resulta da tarefa de contextualização histórica do município de Riacho das Almas, como demanda para o ensino de história local, especialmente experimentada do marco celebrativo do septuagésimo aniversário de emancipação política. O fato, estimou e proporcionou a oportunidade de revisitarmos as bases histórias que justificam a origem da cidade e nos permitiu enfrentar múltiplos questionamentos sobre as referências da historiografia e das narrativas orais que contam a origem da cidade.

Considerando a festa de aniversário da cidade, a Secretaria Municipal de Educação orientou os docentes que fossem realizadas pesquisas que aproximassem o estudante das histórias de suas gentes, no que propusemos aos discentes que realizassem levantamentos por meio de entrevistas com moradores da localidade. O

fato de sermos docentes na rede municipal de educação, o que nos leva a estarmos atentos aos fundamentos e narrativas construídas a respeito dessa história, proporcionando uma atitude proativa referentes às aprendizagens e as práticas, conforme estabelece a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Este documento, indica que o professor deve estimular os estudantes a adotarem uma "atitude historiadora", fazendo com que tomem a posição de investigadores, frente aos fatos históricos (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, a utilização da história oral para desvelar a história local, tem sido uma prática recorrente na rede de ensino riachense, dada a escassez historiográfica. De outro modo, quando transcritas em texto, é comum que haja compilações memorialistas das famílias de linhagens do poder político local. Haja vista, as únicas obras existentes sobre a história local (Limeira, 195-; Ferreira, 2004) acabam por enaltecer a "história oficial", em detrimento das contradições sociais e políticas, excluindo das narrativas as representações populares.

Em vista disso, quando partem em busca de uma narrativa crítica da história, os docentes estudantes e pesquisadores, esbarram na carência de registros documentais que confirmem os conteúdos das transmissões orais. Apesar disso, os professores de história têm recorrido ao uso de narrativas orais como fontes para debater história local, tendo em vista que sua utilização "tem como finalidade entender e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade" (Silva *et al*, 2007 p. 29), fazendo da memória coletiva um importante traço para o (re)conhecimento do traçado histórico da nossa gente.

Os relatos que contam a história local, no entanto, misturam dados sobre a própria realidade e fatos fantásticos, inverossímeis. A fixação de um imaginário sobre as pestes que assolaram a região do Agreste pernambucano entre 1890 e 1920, aproximadamente, se retroalimenta a pedra fundamental que dá sentido ao próprio nome da cidade: a construção de uma necrópole e sua posterior destruição, forçando a mudança do nome original do povoado.

Por essa característica peculiar, e envoltos no contexto pandêmico, retomamos os dados levantados e a organização das aulas de história local, pondo-nos a enfrentar o problema que envolvia o mito fundador como narrativa, e quisemos saber: quais as verossimilhanças das narrativas orais e da historiografia de Riacho

das Almas, utilizadas como ensino de história, e que são recorrentes às pestes que atingiram a cidade no entresséculos XIX e XX?

Às *narrativas épicas* que dão identidade e unidade às narrativas históricas, caracterizamos por *mitos fundadores* que, segundo Chauí (2000, p. 9), significam "soluções imaginárias para as tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade". Desse modo, trata-se de uma releitura de fatos historicamente ocorridos (ou construídos), e deslocados do contexto originário.

Nesta tarefa científica, fizemos um levantamento bibliográfico, a respeito das categorias teóricas que a cercam, além de utilizamos como dados, os textos produzidos para apoio didático nas aulas de história, as narrativas e entrevistas com idosos locais – e que conviveram com testemunhas oculares do surgimento da cidade, sendo referendados como "guardiões da memória local", além de um levantamento bibliográfico sobre o objeto deste artigo. Mas, além disso, utilizamos de material produzido pela Biblioteca Pública Municipal sob a forma de registros orais em áudio e vídeo de pessoas que foram testemunhas da emancipação política do município, depois disponibilizados para acesso público. Por fim, utilizamos de material instrucional, didático-pedagógico, constituído por professores para a ensino de história local.

O material foi por nós devidamente catalogados e tratados à luz da *análise de conteúdo* (Bardin, 2011), colocando-nos numa posição não apenas de ouvintes passivos das intervenções discursivas, mas intérpretes das narrativas postas. Em razão da estruturação de apresentação dos dados, e visando a garantia do sigilo, já que alguns dos participantes pediram para não serem divulgados, optamos por identificá-los com a vogal E, seguida de numeração ordinal (E1, E2, E3 e/ou E4), tratando-se de resguardar a fidelidade às suas falas.

Assim, o objetivo desse artigo é problematizar a verossimilhança do mito fundador presente nas narrativas orais e na historiografia do município. Com isso, partiremos do uso da história oral como recurso de ensino, depois discorreremos sobre aspectos constitutivos da historicidade e do mito fundador local para, por fim, tensionar os achados em pesquisa.

O Ensino de história e as narrativas da história local

O ensino de história é um terreno de disputa, inclusive político-ideológico, reverberando no campo das políticas curriculares, de modo que desde o século XX, as reformas curriculares dedicam especial atenção ao tema (Vivas, 2017). Tamanha atenção revela que o conhecimento histórico, além de controverso, desponta como um saber que tem potencial de agregação social para a transformação, ou manutenção, da ordem política e social vigente.

Nas últimas décadas, de forma especial, o centro do debate deu-se em torno de um conjunto de leis e diretrizes educacionais que tinham como objetivo enumerar habilidades, conhecimentos e competências relevantes e de significância para o processo de aprendizado escolar, de forma a estabelecer referências unificadas cuja validade se pretende reconhecer e afirmar por todo o território nacional. Porém, "ao emergir em um contexto politicamente conturbado, (...) o processo de elaboração da BNCC tem causado em historiadores e professores de História brasileiros toda a sorte de questionamentos" (Vivas, 2017, p. 2).

Nesta arena, professores e historiadores conseguiram importantes avanços nos modelos tradicionais que orientavam o ensino, mesmo que ainda permaneça como campo de discussões acerca da formação humana, do indivíduo e sua inserção no meio social, permeado por relações de disputas, tensões e concessões entre pessoas (Franco *et al*, 2018). Portanto, o ensino de história, a partir de onde se insere o educando e o educador, desponta como o lugar de largada para a formação de um raciocínio de história que encontra respaldo na própria afirmação da identidade desses sujeitos, enquanto partícipe de um certo grupo sociocultural, tornando possível imiscuir as referências de passado e presente nos vários espaços de convivência. Especialmente porque o exercício de *fazer história* começa pela autopercepção social dos indivíduos, para, em seguida, ampliar-se para o conhecimento do *outro*.

Mas, não é tarefa fácil a compreensão da historicidade do ambiente a sua volta (Assis; Pinto, 2019), justamente pelo fato de professor e estudante partirem das histórias individuais e dos grupos a que pertencem, confluentes do mesmo espaço-tempo. Nestes casos, o exercício da reflexão crítica acerca da realidade social local,

vai enfrentar o processo de construção das próprias identidades, sobretudo do "projeto justificador" das relações de *status quo* que cada sujeito pertença, ou seja, põe à baila questionamento sobre o próprio local social que ocupa.

Por outro lado, a história local, potencialmente, pode desconstruir a ideia negativa e estereotipadas das áreas periféricas da sociedade, fazendo com que o aprendente se reconheça naquele espaço, e reconheça o mundo ao seu redor, a partir de si e das relações constituídas, dando um novo significado ao arranjo e a percepção sobre o ambiente em que está imerso.

A história local começa a ser considerada como conteúdo, da disciplina de história para os anos iniciais do ensino fundamental, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997, que passa a questionar as narrativas hegemônicas história. De um todo, por força dos movimentos democráticos, a política de educação vai sofrendo importantes alterações a partir da década de 1980, inclusive nas concepções de currículo e de direitos. Também vai sendo incluído no debate, questões em torno das diversidades sociais, da qualidade da educação e da formação do professor, além da multiculturalidade, presentificando tais preocupações neste documento.

As discussões levantadas com/para a publicação dos PCN, também se estendem à construção da BNCC, aprovada no final do ano de 2017, amplificadas com novas demandas de direitos e de justiça nos espaços de aprendizagem, e na constituição curricular. Desse modo, foi considerada algumas problematizações em torno das identidades culturais, da heteronormatividade, eurocentrismo e da "história oficial".

Em vista disso, a história local que se mostra como complementar às narrativas regionais e nacionais, pode incluir a perspectiva dos silenciados como fazedores da história. Anteriormente, excluídos pela historiografia tradicional, suas vozes possibilitam uma ressignificação do ensino e a desconstrução da reprodução da hegemonia oficial dominante. Sobre isso, Assis e Pinto (2019, p. 6) destacam que ela também possibilita

> [...] repensar a narrativa genérica de se conceber a história nacional como homogênea à todas as regiões de um país. Assim, as narrativas locais trazem, em seu bojo, a análise de como uma comunidade foi

> afetada pelos "acontecimentos nacionais" e pelos fenômenos particulares circunscritos àquele território.

Assim sendo, torna-se relevante à medida que faz com que os estudantes percebam, no seu entorno, as relações sociais de seu próprio tempo, e permite a observação das mudanças e permanências tanto em relação a tempos passados, quanto em relação às outras distintas realidades da sua. Possibilita o entendimento de que a relação presente-passado não se dá de modo automático, mas a partir de questionamentos feitos no presente sobre o passado. De modo que "todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos" (Brasil, 2017, p. 395). Não sem razão,

> As questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na escola são as [*questões*] originárias do tempo presente. O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual (Op. Cit.).

Essa proposição de que os estudantes possam relacionar o passado com o presente, desenvolvendo um olhar crítico dos fatos históricos "trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades" (Brasil, 2017, p. 401), inclusive daquelas em que se vive.

Nessa ótica, tendo a compreensão de que o ambiente social, passa pelo conhecimento e reconhecimento da história local, e tratando-se da atividade cognitiva prática, enfrentamos vários desafios como docentes de história. Especialmente nos municípios de pequeno porte, como é o caso de Riacho das Almas, há carência de uma historiografia de construção multirreferenciada, ou de registros salvaguardados em museus ou arquivos públicos.

Os poucos registros que existentes tendem a transmitir um ponto de vista do poder político econômico dominante, preservando a memória e identidade da elite local, como pontuam Assis e Pinto (2019, p. 2):

> Grande parte dos materiais disponíveis para o ensino e pesquisa de história local seriam compilações de memorialistas, encartes

> produzidos pelos representantes políticos do local/região ou órgãos administrativos ou ainda por famílias de políticos tidos como personalidades do local. Em comum, essas publicações guardam o caráter de promoção de algumas pessoas, e seus feitos considerados importantes, em detrimento do conjunto da população do local e de suas experiências.

Logo, é exigido do trabalho docente um esforço ainda maior, para evitar a perpetuação de uma visão homogênea e hegemônica, sendo necessário se fazer um deslocamento crítico analítico sobre as fontes e registros que possam ser trabalhados em sala de aula para a construção de uma história local.

Como estratégia local, as vivências pedagógicas dos professores de ensino de história têm se utilizado das fontes disponíveis, além dos documentos produzidos por órgãos oficiais do Estado – sabendo que eles, quase sempre respondem à ideologia de quem ocupa assento no poder –, raríssimas notícias encontradas em periódicos regionais/nacionais, algumas fotografias, cartas pessoais, e algumas escassas cartografias de indicadores sociais.

O caminho que tem logrado mais recorrência, é a história oral como método de ensino e de pesquisa, porque a utilização de fontes orais permite uma aproximação da realidade, a qual o sujeito está inserido, contando com elementos não descritos nas fontes oficiais. Para tanto, observando-se que "o objetivo não é compreender como cada sujeito ressignifica sua existência a partir da narrativa, mas como reelabora aspectos pessoais numa teia coletiva" (CAMPOS, 2004, p. 46). Neste sentido, pretende-se conseguir depoimentos sobre a história cotidiana, que irão nortear as reflexões em sala de aula.

Nisto consiste, em considerar conceitualmente a história oral como uma metodologia de pesquisa que se baseia em realização de entrevistas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas ou realidades comuns, com o objetivo de aproximar o pesquisador do seu objeto de estudo.

> Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através de estudo aprofundamento e experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é

> apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações (Alberti, 2005, p. 19).

Entretanto, um dos grandes desafios a serem encarados é a própria formação docente para a pesquisa, e na pesquisa histórica, já que "a grande maioria dos nossos professores de ensino fundamental não estão muito preparados para assumir essa tarefa de orientadores" (Bagno, 2012, p. 15) de modo levar o estudante a "desenvolver um olhar crítico, que lhe permita reconhecer, em meio ao labirinto, as trilhas que conduzem às verdadeiras fontes de informação e conhecimento" (Bagno, 2012, p. 15).

Ora, a narrativa oral está assentada numa correlação de forças, de constante reinterpretação dos fatos tanto pela ótica do narrador, quanto de quem a observa. Assim, outro desafio a ser encarado, pelos professores e pelos estudantes, é na escolha de suas fontes. Já que, também "os historiadores pretendem conseguir depoimentos sobre a história cotidiana, contada por grupos oprimidos, que irão nortear as reflexões históricas. Em outras palavras dar voz aos esquecidos pela história oficial" (Campos, 2004, p. 46).

Portanto, através dessas ferramentas, os professores do ensino básico do município de Riacho das Almas, buscam trazer luz à história local da cidade, contribuindo para a construção de uma (re)significência das identidades individual e coletiva, a partir das narrativas e mentalidades de diferentes sujeitos, de suas semelhanças, divergências e correlações, além de sua articulação com as histórias globais.

Quase só restaram as almas: épocas de prolongadas penúrias de mortes

O arrojado e peculiar topônimo, Riacho das Almas, incorre estranheza a aqueles que, pela primeira vez, ouvem falar do lugar. De maneira geral, recorrem à livre associação do substantivo aos mais inóspitos locais, mas que estão presentes no imaginário coletivo. De tal sorte, a antiga mitologia grega, anotava a existência de um lugar sob domínio do deus dos mortos – Hades – com cinco rios, por onde as almas precisam atravessar até chegar ao local onde passariam a eternidade, comumente chamado de rio das almas.

Numa história romanceada, Maria Goretti Ferdandes (2008, p. 419), descreve a cidade tendo um rio encantador, “de límpidas águas tranquilas” propícias ao amor. Porém, é no filme Abril Despedaçado, dirigido por Valter Salles (2002) que mais construiu um imaginário coletivo nacional sobre a cidade, embora tratasse apenas de um homônimo ficcional. Na obra audiovisual, assim a personagem Pacu sentencia: “Riacho das Almas, onde se tinha um riacho e ficaram só as almas. Em cima do chão e debaixo do sol”.

Mas, a Riacho das Almas real não seria, senão em função de uma peste. É que, a emergência na construção de cemitérios em decorrência das pestes, e que foram semeados pelos vários recantos do município, que justificou seu nome de batismo, anteriomente alcunhado de Riacho das Éguas, como afirma o hino municipal riachense:

> Hoje, és Riacho das Almas,
> Assim Ananias te batizou.
> Quando pela peste foste atacada
> Por São Sebastião teu povo invocou.

De acordo com Ferreira (2004), Ananias era o padre responsável pela *desobriga* nesta região, e imprimindo um discurso justificado pela fé, ocupando um lugar de poder religioso, que justifica a força da sugestão na sociedade riachense, sugere a substituição do antigo nome da localidade. Dado o lugar de fala, sua proposição é irrecusável, pois, como Chauí (1997, p. 7) ajuda-nos a entender, seu discurso pode ser caracterizado como *competente*.

> O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.

Neste aspecto, a partir do que informa o Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM, 2020), sob três pretextos

houve a mudança do topônimo, em 1905, sob alegação de Ananias: o primeiro de que "o nome primitivo era de animal"; depois, em virtude de "um cemitério ter sido construído à beira do riacho" e destruído pelas chuvas, algum tempo depois; por fim Ferreira (2004, p. 17) também nos lembra, que:

> Muita gente afirma que foi aquele padre o responsável pela mudança do nome do lugar, de Riacho das Éguas para Riacho das Almas. A mudança também seria em homenagem às almas dos mortos, que foram muitos e, provavelmente, nenhuma família deixou de ser atingida por aquela *epidemia*.

O autor do extrato aponta que a epidemia, em questão, trata-se da peste bubônica (ou febre tifoide) que afetou mortalmente o Agreste pernambucano, o que se inclui a região que mais tarde se tornaria Riacho das Almas.

Localizada no semiárido pernambucano, Riacho das Almas está a 136 km da capital do estado, Recife. Seu território atual, se estende por aproximadamente 313 Km^2, ocupando áreas que outrora pertenciam a domínios políticos e territoriais distintos. Uma parte, margeada pelo Rio Capibaribe, remonta do processo de interiorização do processo de colonização, em meados do século XVII; outra parte – aquela que vai se configurar na sede do município – remonta ao final do século XIX, a partir da instalação de uma fazenda algodoeira, pertencente ao Coronel Joaquim Bezerra, no ano de 1875 (Nascimento et al, 2018).

As duas regiões têm trajetórias políticas, econômicas e mitos de fundação distintos entre si. A região mais antiga, liga-se às missões de catequização e, depois, ao cangaço. A área mais recente, à produção de algodão, que lhe garantiu um desenvolvimento econômico e condições políticas para sediar o território. A unificação do território num único município ocorreu por força da Lei Estadual nº 1.1818, de 29 de dezembro de 1953, quando foram desmembrados do município de Caruaru.

Joaquim Bezerra é considerado o fundador de Riacho das Almas, mesmo que ele tenha morrido antes que o município fosse emancipado (com falecimento entre 1896 e 1900, não se sabe se foi dizimado pela peste), não testemunhou sequer o batismo do povoamento. Entretanto, por ter conseguido reunir as forças políticas em torno de si, foi-lhe atribuído tal condecoração. Então, trataremos com enfoque a

área de ocupação mais recente, seja porque ali estava localizada a casa-grande da fazenda e no seu entorno vai surgir a cidade, e sobre ela o mito fundador; seja pela correlação que estamos fazendo entre as pestes e onomástica local.

O Coronel compra as terras da fazenda em 1875 e, no ano seguinte, a instala a fazenda, mas é provável que pessoas já habitassem as proximidades da propriedade, ou nela, o que nos leva à primeira inverossimilidade do mito de origem da cidade: a construção do cemitério, que ocorre por volta de 1887 e 1888. Em tese, a necessidade da construção de um cemitério poderia configurar-se como demanda da própria fazenda, porque embora até meados do século XIX as igrejas figurassem como lugares públicos de sepultamento (Nascimento, 2019), não havia exemplares de templos na localidade. Mas, Ferreira (2004, p. 15) lança suspeitas sobre o rápido crescimento populacional local e necessidade da necrópole: "uma comunidade só decidiria pela construção de um cemitério se houvesse, de fato, necessidade dele. Isto é, se estivesse acontecendo muitas mortes e o povo não tivesse onde enterrar seus mortos".

Este cemitério construído nas margens do regato nomeado do "Riacho das Éguas", fora destruído, como dissemos, possivelmente pelas fortes chuvas registradas em 1897, que também arruinou os investimentos agroindustriais realizados por Joaquim Bezerra (CONDEPE/FIDEM, 2020). Esse fato marca sobremaneira o imaginário social dos riachenses, e é carregado de notícias fantásticas sobre ocorrido. Sua importância é tal, que sobre ele deposita-se a principal narrativa declaratória dos fatos associados à mudança do nome do local.

Em vistas ao processo de povoamento, é importante destacar que só em 1902 vai ser registrado um surto de peste bubônica em Pernambuco. Conforme Nascimento (2019, n.p.), "a doença aportou no Recife em março de 1902, trazida por um navio austríaco, e ganhou força no interior de Pernambuco, pegando carona no trem (inaugurado em 1895)". Entretanto, Tavares (2008) afirma que a doença não chegara em Caruaru/Riacho das Almas antes de 1913.

A respeito da peste bubônica (*bacilo Yersínia pestis*) que infligiu pavor mundial, Coutinho (2017) destacou, que:

> O Recife conviveu com a peste até 1924. Por outro lado, a partir de 1913 ganhou força no Interior, começando por Caruaru e São Caetano. Até 1936, mais de 40 municípios tinham registros. Um dos episódios mais dramáticos aconteceu em Triunfo, que teve 2,3 mil casos registrados e 1,4 mil mortes entre 1926 e 1927.

Portanto, apesar de fatal e de fácil disseminação, talvez a peste que esteja no imaginário coletivo riachense tenha sido outra, e ocorrido alguns anos antes, em janeiro de 1856. Farias (2011, p. 1) lembra que, nessa data, "uma devastadora epidemia de cólera invadiu o Recife e, em seu momento mais trágico, provocou mais de cem mortes diárias em uma população de cerca de 70.000 habitantes". Em artigo de opinião, publicado no Diário de Pernambuco, Leonardo Dantas Silva (2020) destaca que "num único dia, foram sepultados 133 cadáveres no cemitério público de Santo Amaro. Em maio, o número de óbitos já alcançava 3.338", o equivalente a cerca de 5% da população do Recife à época. Enquanto "no restante da província, as vítimas do cólera já somavam 32.586 mortos oficiais" (Silva, 2020).

Nascimento (2019, n.p.) busca realizar uma descrição mais detalhada daquele momento:

> Em Caruaru [Riacho das Almas], a doença chegou por via terrestre e o ataque foi avassalador. Em poucas semanas, inúmeras pessoas morreram vítimas da peste. Os sepultamentos, antes cercados de pompas fúnebres, eram realizados rapidamente. Na capital e no interior da província, a população foi tomada pelo pânico. Muitos fugiam na tentativa de evitar a contaminação. Em meio ao desespero, abandonavam os parentes doentes à própria sorte e, por vezes, chegavam a deixar os cadáveres insepultos apodrecendo nas casas, nas ruas e nas estradas. A epidemia não só matava como provocava medo e desordem.

Outro indício de que havia um povoamento, anterior à demarcação mitológica, e que fora afetado pela epidemia de cólera é que há registros de outras necrópoles nas proximidades de onde se formou a cidade de Riacho das Almas. Não teria justificativa de suas feituras se não ocorressem em períodos anteriores à chegada de Joaquim Bezerra, o que condiz com a explicação de um dos levantamentos orais realizados, sobre um dos cemitérios:

> Os relatos que ouvi de pessoas confiáveis, e que moravam nessa região, é que eram tantos mortos chegando para serem enterrados que não havia tempo de abrir novas covas. O jeito era enterrar mais de uma pessoa na mesma sepultura. Depois, para que nenhuma pessoa ou nenhum animal pudesse mexer, eram colocadas grandes pedras sobre a cobertura de terra (E1).

Esses fatos não foram observados sobre os relatos dos cemitérios construídos na sede da fazenda de Joaquim Bezerra, nem na sua posteridade. E é por isso, que tratamos dos acontecimentos narrados que partejaram a cidade, na perspectiva de mito de fundação. Assim como as ideias, os espaços também são inventados e mascarados de acordo com as narrativas que se cria dele e sobre ele. Desse modo, os mitos podem fornecer elementos importantes para o entendimento sobre o processo de povoamento local, mas sua contribuição para entender o surgimento da cidade é limitada.

Isso porque o mito cria uma fundação artificial que nos faz negar as contradições presentes em nossa sociedade, desviando o foco, emulando as raízes de nossos problemas, heroificando personagens e escamoteando as explorações constitutivas de uma sociedade de classes. Conflui como aspecto indissociável dessa constituição, a sacralização política, ou da própria leitura da sociedade. Em outras palavras, o mito engendra uma visão messiânica das relações sociais, permitindo a manutenção, quase sem resistência do *status quo* de uma elite ou de um pensamento hegemônico.

Em outras palavras, nos mitos de fundação de Riacho das Almas, não encontram questionamentos sobre o caráter exploratório do "bom senhor de engenho" que trouxe um punhado de gente negra sujeitadas, pela força, à exploração de mão-de-obra. Sobre esse povo, não há registros, sequer orais, de qual sorte lhes restou, pós-Lei Áurea. O silenciamento é tal, que não se faz referências às marcas contributivas da construção da cultura local, com exceção da construção de um açude para abastecer de água a fazenda.

Assim se configurando, a hipótese que levantamos é que o(s) mito(s) de fundação realocou(aram) a peste de seu tempo histórico, permitindo auferir os grandes feitos do coronel Joaquim Bezerra à condição de fundador da cidade de

Riacho das Almas, que tendo cumprido esse papel sai de cena, sem que sejam registradas a data e/ou a razão de sua morte.

Além disso, "dizem que, por conta da epidemia houve uma comoção coletiva que envolveu muita gente do lugar. Caso a doença chegasse ao término, se comprometeram – em forma de promessa – de construírem uma capela sob invocação à São Sebastião" (Ferreira, 2004, p. 16), tendo a pedra fundamental sido lançada em 1905 – portanto, antes de o grande surto da peste bubônica infligir o interior do estado.

O temor e o pavor da peste, do sofrimento com o medo do contágio e da aflição pela perda dos entes queridos, vão se revertendo em fervor religioso. Muito popular na região, por causa dos movimentos messiânicos, dentre os quais os *movimentos sebastianistas* confluentes com os problemas do povo pobre, que tinham de encarar a guerra (Caldeirões, Canudos, Contestado etc.), a fome e as pestes (Salomão, 2009). Tais situações fizeram de São Sebastião um santo muito popular, com várias capelas na região em sua dedicatória.

Essa devoção à São Sebastião é observada em todo o território nacional e, pelo menos, o desde século IV, na Europa, o santo era invocado no auxílio ao combate às epidemias, com notório destaque no combate à peste negra.

> Segundo a tradição católica, São Sebastião viveu no século III, atuando como capitão do exército romano na época de Diocleciano. Denunciado por ser cristão, Sebastião foi condenado pelo imperador a ser atravessado por flechas, sendo martirizado na cidade de Roma, por volta do ano de 288. Uma rica iconografia o representa como um jovem de torso nu, amarrado em uma árvore e crivado de flechas (Alexandre, 2009, p. 5).

No Brasil, a crença em São Sebastião chega junto com o colonizador (Salomão, 2009), que traz para o país o ideário do catolicismo português, regado por uma religiosidade fantástica e que alimenta diversas narrativas controversas, marcadas pelo misticismo lendário e heroicidade dos bravos guerreiros do Senhor. Por isso, a presença do santo vai seguir várias narrativas de bravura, como quando foi visto pessoalmente, lutando ao lado dos portugueses contra os franceses, na Batalha das Canoas-RJ, em 1566 (Gomes, 2012).

Como ocorrera em outras localidades, os moradores de Riacho das Almas aderiram às práticas religiosa-devocionais, tais como procissões, novenas e promessas, pedindo auxílio à São Sebastião, a fim de lhes garantir proteção, cura aos arrasados pela epidemia e afugento para a doença. Em compensação ao socorro, foi inaugurada uma igreja dedicada ao santo, em 1912. Além de ser o edifício mais antigo da cidade de Riacho das Almas, é um marco físico, no coração da cidade, da passagem da epidemia [do cólera?].

Sebastião figura como padroeiro do município, celebrado na maior festa popular local. E durante os festejos, os pedidos de oração e proteção incluem o livramento da fome, da peste e da guerra, como é possível observar no "Hino de São Sebastião", que lhe roga:

> Oh! Sebastião bendito
> Tudo enfrentaste na Terra
> Rogai a Deus que nos livre
> Da peste, da fome e da Guerra
>
> Oh! Sebastião bendito
> Aceitai minha oração
> Que eu sempre vos hei louvar
> De todo o meu coração

Também na "Ladainha de São Sebastião" – oração sob forma de preces litúrgicas, estruturada na forma de curtas invocações – faz-se evocação à tríplice proteção:

> Oh São Sebastião,
> Prova de amor nos deste
> Livrai-nos de todos os males
> Da fome, da guerra e da peste

O ponto central dessa consagração, está associada ao voto de compromisso perpétuo entre o devoto e o santo, retroalimentada pelas manifestações públicas de devoção. Em troca, espera-se uma proteção especial e divina contra aquilo que se experimentara durante o nascedouro da cidade: a peste! Com ela, a fome, já que não é possível ocorrer de forma isolada.

A repactuação graça-fidelidade, retroalimenta as razões do mito fundador, que buscaremos problematizar, por meio dos relatos colhidos, na seção a seguir.

Mito de Fundação: a epidemia nos relatos e a história local ensinada

Ao recorrermos aos relatos trazidos pelos sujeitos utilizados pelas redes públicas e privadas de educação básica, é importante destacar que:

> Ao se tratar de narrativas orais, pesquisador e pesquisados encontram-se nas expressões das experiências humanas, construtoras da própria identidade cultural. Mas, é o narrador que se faz personagem e autor da (sua) história, no próprio ato de narrar. Suas memórias são utilizadas como uma forma de entender a (própria) história vivida pelo sujeito (Andrade, 2019, p. 14).

Do mesmo modo que não é possível colocarmos em tela um relato fidedigno de tudo que fora vivido à época,

> [...] ou seja, é impossível assistir ao que passou, seguindo a continuidade do vivido, dos eventos e das emoções. E o que vale para nossas vidas vale evidentemente para o passado de uma forma geral: é impossível reproduzirem todos os seus meandros e acontecimentos os mais banais, tal qual realmente aconteceu. A história, como toda atividade de pensamento, opera por descontinuidades: selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que se passou (Alberti, 2004, p. 13).

Dito isto, afirmamos a despretensão de descaracterizar a condição mitológica dos fatos narrados, inclusive na sua dimensão sobrenatural e mística, mesmo que possa trazer algum questionamento ao trato, e inevitavelmente criticá-lo. Assim, trataremos de abordar o tema sob a ótica dos narradores, que por si mesmo, lhe garante a credibilidade científica necessária as intenções desta produção.

Inevitavelmente, as notícias sobre aberturas de covas e valas coletivas, a numerosa quantidade de caixões empilhados para o sepultamento imediato, das pessoas que tiveram a vida ceifadas pela atual pandemia (covid-19) nos permitem uma correlação imaginativa e latente do que se desdobrou em Riacho das Almas, no século XIX. Segundo relato de E2,

> a peste que atacou o Riacho das Éguas matou tanta gente que nem dava tempo para velar e nem enterrar, pois, o coveiro não dava conta da quantidade de corpos que iam ficando empilhados aos montes, esperando apenas às vezes de serem sepultados imediatamente.

Oliveira (2004, p. 28), quando tratou de contextualizar Riacho das Almas, para fins de pesquisa, apontou que, no período "o pequeno povoado foi quase totalmente despovoado", o que é confirmado. E3 "soube apenas, através de moradores antigos que a epidemia da peste bubônica dizimou muita gente", isso ocorrida, segundo E1 porque "a morte era muito rápida". Nesta perspectiva, E4 aborda a morte como "uma infecção de fácil contágio. Se espalhava tão ligeiro que morriam muitas pessoas da mesma família, no mesmo dia".

Nascimento (2019, n.p.) pontua que o tempo de morte do cólera é acelerado, se comparado com a peste bubônica. O autor afirma que: "as vítimas da peste bubónica deixadas sem tratamento, morrem em média em oito dias; já as vítimas do cólera, que têm como período de incubação entre seis horas até três dias, podem morrer num período de 14 a 48 horas".

Tal característica aponta para as suspeitas de que a localidade tenha sido habitada antes de 1875, sobretudo com a com as descrições de aligeiramento das mortes pós-identificação de contágio. Além disso, E2, afirma "as pessoas morriam com desinteria muito grande".

A respeito da voracidade epidêmica, E1 também contou que "causava mortes muito rapidamente", além do medo do contágio e devido ao alto número de sepultamento, não havia a conferência de morte da vítima, "porque, quem morria tinha que enterrar logo, né?" (E4). Tanto E1 quanto E2, narram a seguinte ocorrência:

> Em um dos dias durante a epidemia, anoiteceu e não houve tempo para enterrarem todos os mortos, que foram deixados no cemitério em covas abertas. No dia seguinte, ao retornarem para continuar o trabalho sepulcral, encontram um homem sentado, ainda com os sinais de vida. Talvez por causa de outra doença tenha desmaiado. A partir daí, resolveram que não enterrariam ninguém de imediato (E2).

De cadáver à sobrevivente, se realidade ou fantasia não sabemos, mas é um importante relato do imaginário coletivo. Esse fato nos ajuda a compreender como

algumas notícias falsas disseminadas, hoje em dia, encontram fácil penetração no imaginário social, já que é um dado de verdade satélite dos mitos fundadores.

Portanto, é possível que se aliem elementos de um momento imaginário, como instante originário. Mantendo-se vivo, dá sentido ao curso temporal, sustentando-o.

> É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu - e, por isso dá vida a as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos (Alberti, 2004, p. 14).

Todavia, a narrativa contada é levada em conta, por evidenciar a relação estabelecida pelo binômio vida *x* morte, num circuito de extrema gravidade pestial naquele contexto. A insurgência contra as perdas precoces de vidas, a cultura traduzida pela experimentação de um "cristianismo triste" – que se configuram na dor e no sofrimento, situadas no luto e no tempo de despedida dos seus mortos permite a eclosão de relatos perpetrados pelo fracasso da morte.

Além disso, Philippe Ariès (2003, p. 31) aponta para dois tipos de morte, na perspectiva católica, tipo como boa ou má morte. A "boa morte" ocorria depois um aviso prévio, como uma doença ou a velhice, por exemplo, pois "sabendo de seu fim próximo, o moribundo tomava suas providências", tanto como sacramental quanto do perdão aos seus inimigos. De sorte contrária, as vítimas das pestes não poderiam contar com esse consolo. Além disso, as cerimônias fúnebres eram/são bem ritualizadas, com uma simbologia fundada na ideia de uma boa viagem para o outro mundo, com ações de recomendações da alma e aspersão de água benta, enterros em solos sagrados (primeiro às próprias igrejas, mas depois os cemitérios) e as cantadas de *incelências* pelas sentinelas que velam o defunto.

A morte sem despedida representava o risco de o morto não encontrar o caminho para a paz eterna, e vagar em busca de perdão. Mas, outros dramas concretos permeavam o cotidiano das vítimas e de seus doentes. E1 aponta a

dramaticidade da convivência com os doentes, e sua despedida, além do medo da morte e a desconfiança do contágio:

> Inclusive, a minha bisavó, ela morreu vítima da peste bubônica e ela foi enterrada no mato. A doença era tão contagiosa também que tiravam de dentro de casa. Faziam uma campana, que era uma cabanazinha, fora de casa e colocava a pessoa. E quem cuidava dela era uma índia, que a gente dizia cabocla braba.

Sem a pretensão de pôr em xeque os relatos observados pela entrevistada, mas em vistas de ela ter 77 anos, sua bisavó não foi contemporânea da peste bubônica. Mas, da peste colérica – o que nos (re)força o entendimento da narrativa como mito de fundação.

Por essa suspeita, daremos destaque ao que aborda Farias (2011), sobre uma série de medidas adotadas em Pernambuco para conter o avanço da peste colérica em 1856. "Sob o reinado do cólera, a Comissão de Higiene Pública de Pernambuco recomendou ao presidente da província que decretasse a suspensão das apresentações no Teatro" Santa Isabel (p. 10), e "o período carnavalesco assumiu características particulares em função do surto epidêmico que tomava a cidade naqueles dias" (p. 11), que "parece ter imperado foi um misto de alegria e medo" (p. 12).

> Contudo, a festa aconteceu no início do mês de fevereiro (dias 3, 4 e 5), quando a epidemia ainda não demonstrava todo o seu furor. Nos dias que se seguiram, a cidade veria a vivacidade dos dias de festa se transformar em dias de profundo sofrimento, diante da devastação que lhe foi imposta pelo cólera (Farias, 2011, p. 12).

As medidas de isolamento social eram perseguidas como forma de conter o contágio, conforme E1 narrou: "meu pai dizia assim: 'era muito contagiosa. Ninguém pegava no outro', ninguém sequer chegava perto". Portanto, como o adoecimento e as formas de contágios não eram conhecidos, muitas vezes entendidos como castigos celestiais, "o distanciamento era tomado pelo preconceito, não como política de saúde" (E2).

Conforme esclarece Ariès (2003) os medos provocados pelas epidemias, estimulam a modificação dos comportamentos. Não apenas as relações entre os

vivos, mas também com relação aos mortos, que passam a ser encarados como uma ameaça. O medo também é capaz de difundir a desconfiança em relação aos estranhos, ao próximo e à própria família.

O desconhecimento das causas da epidemia e a ausência da medicina fortaleciam a crença de que era preciso recorrer às penitências, como a única chance de se combater o mal que se alastrava. Portanto, foi na fé que os moradores encontraram respostas para superar a desolação e medo aos moradores locais, conforme demonstrado na narrativa de E3:

> Tenho poucas referências dessa época. Mas, soube que pediam a proteção de Deus e de seus santos para livrá-los das doenças. Fizeram uma promessa, pedindo a intercessão de São Sebastião para acabar com esta doença. Então ergueram uma capela com devoção ao Santo, o que continua até aos dias atuais.

Ao Santo, não apenas destinaram uma capela, mas parte das terras que ocupavam a antiga sede da fazenda do coronel Joaquim Bezerra. Valores financeiros, doação de animais também se tornaram formas de agradecimento, e pedidos de proteção contra as pestes. E2 lembra que por muito tempo, após o fim da epidemia, "quando adoecia uma pessoa, corria, ia na igreja, lavava a imagem de São Sebastião. Quando chegava em casa, tomava a água e ficava bom. Era a fé que curava".

> Essa concepção religiosa da doença se enquadrava perfeitamente no imaginário popular da época, sobretudo em um lugar onde a religiosidade da população era tão aflorada e em um momento em que a ciência não oferecia explicações seguras sobre o mal (Farias, 2011, p.13).

Todos os entrevistados apontaram para a solução mística, dada a ausência de médicos ou da própria disseminação das ideias da ciência. Para enfrentar as pestes, "serviam-se de curandeiros e rezadores que indicavam os chás" (E2), faziam-se "promessas" (E3) ou "eram curados com rezas". Por assim dizer, "sem muitos esclarecimentos, as pessoas apenas esperavam resultados catastróficos" (E4) ou nutridos de esperança de não contágio, baseado no "temor muito grande e uma entrega total a providência divina" (E3) já que "é uma doença silenciosa. Rápida! Quem tem que morrer, morre logo" (E1).

E, apesar da intenção e interação místico-religiosa, Nascimento, et al (2018) apontam que a seca também foi um fator determinante para o controle de transmissão das pestes. Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2020), “a transmissão da peste bubônica é feita, na maioria dos casos, por meio da picada de pulgas infectadas”, que migram dos roedores após causar a sua morte. Com a quase inexistente produção agrícola, mitigou a reprodução de roedores, que faziam o controle de reprodução – se considerarmos a bubônica. Mas, igualmente a falta de fontes de água disponíveis, inviabilizava a transmissão sustentável do cólera.

Do ponto de vista mitológico, as epidemias que assolaram Riacho das Almas nascente criaram uma narrativa simbólico-religiosa que asseguram uma unidade teleológica à narrativa linear de sua história. Desse modo, permite uma identificação heroico-salvífica não apenas das vinculada à São Sebastião, mas sobretudo justificadora do surgimento de uma elite local, em que se excluem os “indesejados” das narrativas de construção e colaboração na construção da sociedade local.

Portanto, as classes sociais menos bastardas, tendem a sofrer o silenciamento da história ou narrativa oficia, e o desafio dos docentes de história é, a partir dessas narrativas, provocar que outras vozes venham à tona, proferidas pelos seus parentes e ascendentes, perceber nos indícios e documentos não formais a vocalização dos sujeitos construtores dessa história que perfaz as identidades locais.

Considerações Finais

As pestes vão e vêm, sem que tenhamos controle, conforme indicado em nossa epígrafe. Mas aquelas que assolaram o município de Riacho das Almas nascente, forjaram um mito que explica a origem do seu nome, e da formação narrativa descritora de sua identidade. Tendo vista, tal suposição, percorremos uma trajetória que buscou problematizar a verossimilhança do mito fundador presente nas narrativas orais e na historiografia do município de Riacho das Almas-PE, em que buscamos acentuar, a partir das narrativas de idosos, os fatos ocorridos na fundação da cidade.

Ao utilizamos os textos produzidos para a aula, a narrativa historiográfica local e as entrevistas algumas pessoas idosas, utilizando de suas memórias, levantamos

suspeitas sobre a indissociabilidade entre as narrações historicamente – e intencionalmente – construídas com as ocorrências de pestes registadas na história e, por vezes, pela própria vocalização dos sujeitos. Embora a febre bubônica seja pontuada como principal peste na origem, os dados levantam suspeitas para que a grande peste do imaginário, tenha sido da cólera, o que indicaria que Riacho das Almas não teria sido fundado por coronel Joaquim Bezerra.

Entretanto, as narrativas apontam que o caos causado pela peste fora tão grande, que causou mudanças no comportamento das pessoas, e deu novo curso a história do lugar, mesmo que representada como justificadoras do mito de origem.

Referências

ABRIL DESPEDAÇADO. Direção: Walter Salles. São Paulo: Imagem Filmes, 2002, 105min.

ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. São Sebastião, valei-nos! Imaginário sobre o cólera nas páginas do jornal O Araripe – meados do século XIX. *In*: **XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza/CE: Anais do Simpósio Nacional ANPUH: sn, 2009.

ANDRADE, Juliana do Nascimento. **O Despertar de si: as relações de gênero na convivência com as irmãs Cordimarianas no município Riacho das Almas- PE entre os anos de 1982 e 1997**. Monografia (Graduação em História). Caruaru: ASCES-UNITA, 2019.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003

ASSIS, Tauã Carvalho de; PINTO, Suely Lima de Assis. O ensino de história local como estratégia pedagógica. **Itinerarius Reflectionis**. v. 15, n. 1, p. 1-18, 2019.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na Escola: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2012.

BARDIM, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é Base. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Peste: o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção**. Disponível em: https://saude.gov.br/saude-de-a-z/peste. Acesso em: 30 dez. 2023.

CAMPOS, Fabiana de Andrade. **Trabalho e consciência de classe: a história de dona Antônia e dona Maria na luta pela terra**. Dissertação (Mestrado de História). Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2004.

CAMUS, Albert. **A Peste**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997

CONDEPE/FIDEM. **Perfil Municipal**. Disponível: www.condepefidem.pe.gov.br. Acesso em: 20 mai. 2020.

COUTINHO, Renata. ***Peste*: uma ameaça silenciosa**. Folha de Pernambuco, 28 de janeiro de 2017. Cotidiano. Disponível em: https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano. Acesso em: 20 dez. 2023.

FARIAS, Rosilene Gomes. **Epidemia e sociedade no Recife Imperial**. *In*: XXVI Simpósio Nacional de História. ANAIS DO. São Paulo: Anais do Simpósio Nacional ANPUH: s/n, 2011.

FERNANDES, Maria Goretti. 2008. **Riacho das Almas**. Recife: Bagaço.

FERREIRA, Josué Euzébio. ***Riacho das Almas:* memórias da nossa história**. Caruaru: Fafica, 2004.

FRANCO, Aléxia Pádua; SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da; GUIMARÃES, Selva. Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões. **Ensino em Re-Vista**, *[S. l.]*, v. 25, n. 4, p. 1016–1035, 2018.

GOMES, Santos. **Os Santos Mais populares do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2012

LIMEIRA, Mario da Mota. **Riacho das Almas**. Riacho das Almas: Prefeitura Municipal, 195-.

NASCIMENTO, José Almir do *et al.*, **História e Geografia de Riacho das Almas**. Riacho das Almas: Escola Mário da Mota Limeira, 2018.

NASCIMENTO, José Almir. **Riacho das Pestes: a urgência da construção de cemitérios**. Riacho das Almas: Escola Mário da Mota Limeira, 2019.

OLIVEIRA, Alecsandra Maria. **O cotidiano da escola rural: facetas de uma experiência vivenciada no Município de Riacho das Almas** – *PE*. Caruaru: Fafica, 2004.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. O exército encantado de São Sebastião: as evidências da reelaboração da crença sebastianista na Guerra do Contestado (1912-1916). **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 3, n. 5, jan.-jun, 2009.

SILVA, Pacheco Silva. *et al*. "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, v. I, n. 1, p. 25-35, 2007.

SILVA, Leonardo Dantas. **No tempo do Cólera Morbus**. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/opiniao/2020/04/no-tempo-do-colera-morbus.html. Acesso em: 18 mai. 2024.

TAVARES, Celso. **Análise do contexto, estrutura e processos que caracterizaram o Plano Piloto de Peste em Exu e sua contribuição ao controle da peste no Brasil**. Tese (doutorado em Saúde Pública) 305f. Recife: Centro de Pesquisas Ageu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

VIVAS, Rebeca de Souza. **"História sem tempo" (?) o uso esquizogônico da categoria tempo e os desafios para a Base Curricular Comum em História**. In: XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília: Anais do Simpósio Nacional ANPUH: p. 1-16, 2017.